

## **Portal da Transparência**

### **Respostas à Solicitação de Informação nº 2024000410103010256**

#### **Benefício Eventual "auxílio acolhida"**

##### **1. Em quais casos esse auxílio pode ser solicitado?**

R: Segundo o Art. 7º, da Lei Municipal nº 18.958, de 08/07/2022, a concessão ou renovação do benefício Auxílio Acolhida dar-se-á quando da comprovação da necessidade e da condição de vulnerabilidade do requerente, feita a partir de estudo socioeconômico realizado por equipe técnica da Secretaria de Assistência Social do Município ou congênere, decorrente de:

- Falta de acesso a condições e meios para suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação e moradia;
- Perda circunstancial ou ruptura dos vínculos familiares;
- Situação de violência física, psicológica ou de ameaça à vida;
- Situação de indivíduos e famílias migrantes e imigrantes;
- Situação de calamidade pública ou estado de emergência;
- Outras circunstâncias que comprometam a sobrevivência ou atentem contra a dignidade humana.

##### **2. Quais documentos necessários para essa solicitação?**

R: De acordo com o Art. 9, da Lei Municipal nº 18.958, de 08/07/2022, serão exigidos os seguintes documentos para a concessão do benefício eventual – auxílio acolhida:

- I - Certidão de Nascimento ou documento de identificação oficial;
- II - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- III - Número de Inscrição Social - NIS;
- IV - Comprovante de residência, quando couber.

##### **3. Onde pode ser solicitado?**

R: Conforme fixa o art. 12, da Lei Municipal nº 18.958, de 08/07/2022, em algum dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS; Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS; Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centros POP e das Casas de Acolhida da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ou outro equipamento que os substitua.